

EXPECTATIVAS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES. UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO, RS

Job and career choices for the rural youth: a look on Morro Redondo township, RS

Expectativas de sucesión hereditaria en la unidades de producción familiar. Un vistazo a la ciudad de Morro Redondo, RS

Maria Regina Caetano Costaⁱ
Antonio Jorge Amaral Bezerraⁱⁱ
Henrique Andrade Furtado de Mendonçaⁱⁱⁱ
Universidade Federal de Pelotas

Resumo

A população rural brasileira vem experimentando, nos últimos anos, mudanças em termos de ocupação da sua força de trabalho e, principalmente, nas suas condições de obtenção de renda. Estas mudanças afetam os diversos setores desta população de modo distinto. Entre os agricultores familiares tem ocorrido um importante processo de abandono do meio rural, principalmente pelos jovens, que buscam no meio urbano as condições para realização dos seus projetos de vida. Os jovens, que identificavam na atividade agrícola um campo fértil para a sua realização profissional, passaram a perceber outras atividades desvinculadas da agricultura. O presente estudo originou uma Tese de Doutorado apresentada ao PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel, envolvendo pesquisa de campo com a realização de entrevistas semi-estruturadas para tentar retratar o conjunto de unidades familiares no município de Morro Redondo, RS. As entrevistas permitem empreender que a incerteza de uma remuneração fixa se manifesta como um elemento que contribui para que a juventude abandone a atividade familiar, e a continuidade da educação formal vem apresentando-se como estratégia para a realização dos seus projetos de vida e, ameaçando assim, a possibilidade de sucessão nas unidades de produção familiares.

Palavras-chave: agricultura familiar; juventude rural; escolhas profissionais; sucessão hereditária; sociologia rural.

Abstract

Brazil's rural population has been undergoing massive changes as far as human resources are concerned. Rural youth has been striving to realize their dreams by means of leaving the countryside for thriving cities. Many a prospective family farmer, who once could relate to farm activities, saw an array of career opportunities unfolding elsewhere as possible alternatives to farming. This goes not without affecting all layers of rural society. The current study begot a doctoral dissertation presented to the panel of postgraduate program for UFPel family farm systems. The aforementioned dissertation comprised a field study via semi-structured interviews, as an attempt to represent the group of family farms in Morro Redondo County, RS. The interviews allowed the understanding of certain variables which vouched for such transition in the rural environment. They are as follows: the uncertainty of a regular income as a rural worker and easier access to post secondary education has threatened the succession and therefore continuation of family farm businesses.

Keywords: family farm business; rural youth; career choices; farm inheritance; rural sociology.

Resumen

La población del medio rural, en Brasil, viene experimentando cambios en términos de ocupación de su fuerza de trabajo y, principalmente, en sus condiciones de obtención de ingresos. Estos cambios afectan a diversas partes de esta población de una manera diferente. Entre los agricultores familiares viene ocurriendo un importante proceso de abandono del medio rural, especialmente entre los jóvenes, que buscan en el medio urbano las condiciones de realización de sus proyectos de vida. Los jóvenes, que han identificado en la actividad agrícola un campo fértil para su realización profesional, comenzaron a tomar conocimiento de la existencia de otras actividades, no relacionadas con la agricultura, como posibles alternativas. Este estudio ha originado una tesis doctoral presentada en el programa de posgrado en Sistemas de Producción Agrícola Familiar de UFPel, que implica la realización de investigaciones de campo con entrevistas semi-estructuradas, para tratar de representar el conjunto de las unidades familiares en la ciudad de Morro Redondo, RS. Las entrevistas le permiten realizar que la incertidumbre de una remuneración fija se manifiesta como un elemento que contribuye a que los jóvenes abandonen la actividad en el medio rural, y que la continuidad de la educación formal ha venido presentándose como estrategia para la realización de sus proyectos de vida y, amenazando de esta forma la posibilidad de la sucesión en las unidades de producción familiar.

Palabras clave: agricultura familiar; juventud rural; elecciones profesionales; sucesión hereditaria; sociología rural.

INTRODUÇÃO

Para que, na agricultura familiar¹, seja assegurado o prosseguimento do patrimônio familiar, será necessário que os seus descendentes tenham como projeto de vida dar continuidade a estes empreendimentos. Além disso, é importante preparar a condução do encaminhamento do estabelecimento aos filhos e decidir antecipadamente sobre a forma de transmissão do patrimônio, para evitar possíveis conflitos entre os descendentes, no momento da partilha.

A temática que envolve a sucessão hereditária, como expectativa da juventude rural, vem evidenciando uma problemática social que se expressa na mobilidade e na espacialidade da juventude. A partir de certo momento, houve uma inflexão na forma de analisar os valores, visões de mundo e demandas dos jovens rurais, inquietando as instituições de pesquisa, a esfera pública e outras entidades representativas.

É pertinente destacar que o tema “sucessão hereditária”, sempre ocupou espaço nas preocupações das famílias rurais, com o passar do tempo, esta questão vem assumindo novos matizes: se antes a preocupação era com a disputa entre escolher o sucessor dentre muitos herdeiros, atualmente as famílias tentam garantir que haja pelo menos um dos filhos dispostos a dar continuidade ao processo.

Segundo Abramovay *et al* (2003), o processo sucessório na agricultura familiar está centrado na figura paterna, que determina a forma e em que momento ocorrerá a transferência das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. O processo definitivo da transição da gestão do estabelecimento paterno leva em conta muito mais a capacidade e a disposição

de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade.

De acordo com Lamarche (1993), investigando a região de Ijuí, deparou-se com a preocupação dos agricultores em relação ao futuro de seus filhos. As estratégias familiares apontam duas evidências: em sua maioria, os filhos permanecem no setor agrícola, e até mesmo, freqüentemente, na própria exploração, porém, existem expectativas diferentes para filhos e filhas.

O referido autor ainda revela que: No Brasil² não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar (LAMARCHE, 1993 p.192).

Como adverte Carneiro (2001), embora o Código Civil³ brasileiro estabeleça a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito à herança, as regras consuetudinárias não reconhecem esse direito a todos os filhos.

No entendimento de Seyferth, independente de qual seja a forma legal de transmissão de herança, doação ou inventário, irá prevalecer, os arranjos costumeiros: “Entre eles, três são os tipos mais comuns: a exclusão das mulheres, a herança impartível e a herança compartilhada (mas nem sempre para todos os herdeiros)” (SEYFERTH, 1985, p.17).

Woortmann (1995), quando analisou a reprodução camponesa e o futuro das gerações, relatou que o dilema sucessório dá-se quando são introduzidos no universo da comunidade e da família, projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos da unidade familiar.

A literatura tem revelado que o processo sucessório não é devidamente tratado, sendo resolvido através da partilha judicial, após o falecimento dos proprietários. Em muitas situações, os bens são divididos entre os herdeiros, o que ocasionará a fragmentação e a transformação da unidade de produção. Além disso, outras transformações são percebidas, é comum encontrar nas unidades familiares pessoas idosas responsáveis pela reprodução de alimentos, o campo também passou a ficar masculinizado para Camarano e Abramovay (1999) é um refúgio de indivíduos amparados pela previdência social rural.

Spanevello, em sua tese de doutorado, realizou um estudo sobre a dinâmica da sucessão Hereditária na Agricultura Familiar nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos situados na região central do Estado do Rio Grande do Sul, revelando:

As perspectivas de saída também são reforçadas pela proximidade com os valores urbanos em detrimento dos rurais. O sentido dessas mudanças levanta os "conflitos" e acentua as diferenças entre as gerações: "Os filhos estão abandonando a lavoura e o pai não manda no filho. Uma vez os pais mandavam mais os filhos e eles obedeciam". Essas distintas dimensões atingem os estabelecimentos e também a comunidade. Uma dessas mudanças diz respeito ao próprio lazer para os jovens e suas famílias nas comunidades rurais. Os jovens têm reduzido sua presença nesses espaços, tendo em vista a maior apreciação pelos espaços de lazer urbano (SPANVELLO, 2008, p.92).

Outro aspecto importante trata da redução do número dos filhos, estudos revelam que as transformações demográficas envolvem a queda da taxa de natalidade. Entre 1970 e 1990 o Brasil rural passou de famílias

com 10 ou mais filhos, reduzindo-se numa geração, o número de filhos para em torno de 2,1 por mulher (RIBEIRO, 1990). A queda da taxa de fecundidade segundo o IBGE (2006) vem ganhando força, indicando que a mulher brasileira já tem menos de 2,0 filhos. Esse processo tem sido também observado nas áreas rurais, onde as taxas de fecundidade estão se aproximando das áreas urbanas. Nunes⁴ (2009) atribui esse fenômeno à migração de jovens em idade fértil para as cidades e a generalização da cultura urbana.

Associado a esses problemas, está ocorrendo a redução populacional no meio rural, segundo as informações do Censo Agropecuário de 2006, em se tratando da Contagem Populacional do IBGE, a população rural⁵ caiu 14,8% no Brasil, acima da queda das ocupações agrícolas, que foi de 7%. Essa queda ocorreu em todas as regiões brasileiras, ou seja, a queda nas ocupações agrícolas refletiu em queda na população rural, inclusive em nível mais elevado, indicando que as pessoas que deixaram a atividade agrícola não passaram a se ocupar em atividades não agrícolas no próprio estabelecimento, mas provavelmente migraram para o meio urbano.

Contextualizando o município investigado, Morro Redondo, pertencia ao distrito de Pelotas, foi criado em 12 de maio de 1988, sob a lei nº 8.633, tendo a sua emancipação decretada em 1989, localizando-se na região Sul do Rio Grande do Sul, distante 285 km da capital do Estado e a 42 km do município pólo da região, que é Pelotas. A área total do município é de 244,6 km², apresentando os seguintes limites territoriais: ao norte, com o município de Pelotas; ao sul, com o município do Capão do Leão; a leste, com os municípios de Pelotas e Capão do Leão; e a oeste, com os municípios de Pedro Osório e

Canguçu.

Morro Redondo-RS, conta com uma área total de 16.979 hectares, a densidade demográfica no ano de 2010, era de 25,5hab/Km². Segundo o Censo de 2010, o município possui 6.227 habitantes. Deste contingente, 2.648 pertencem a população urbana e 3.579 pertencem a população rural.

As Unidades de Produção investigadas em Morro Redondo são quase que exclusivamente familiares. As atividades produtivas predominantes destas famílias são: a produção leiteira, a avicultura de corte, a pecuária de corte, a horticultura, a fumicultura, a produção de grãos e a produção de carvão vegetal.

Para tal discussão sobre as escolhas profissionais da juventude rural, utilizou-se uma pesquisa de campo que originou uma dissertação de mestrado e que teve continuidade no doutorado, implicando no uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos.

Com base nesta descrição, pretendeu-se compreender o universo da agricultura familiar, com ênfase na juventude rural⁶, identificando suas expectativas em relação ao futuro profissional, dentro ou fora da unidade de produção familiar.

Neste trabalho pretende-se abordar as expectativas e aspirações da juventude rural⁷ de Morro Redondo em relação ao futuro e o exercício da profissão de agricultor.

O MOMENTO DA TRANSFERÊNCIA. QUEM FICA NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR?

Quanto ao momento em que irá ocorrer a transferência da unidade de produção, a literatura revela que não existe estratégia, discussão prévia sobre o processo sucessório,

ou seja, não existe hábito entre a família de escolher qual o melhor momento para a transferência.

Este fato, já diagnosticado por Silvestro et al (2001), relatou ser este “um assunto sobre o qual pouco se discute na família”. Ao discorrer sobre sucessão profissional e transferência hereditária no oeste Catarinense. Na pesquisa de campo⁸, os pesquisadores constataram que o baixo nível educacional oportuniza maiores chances no meio rural do que no urbano, para os rapazes; mas também para os agricultores de menor renda (terra escassa, de má qualidade) poderá estimular os filhos para a tentativa de vida no meio urbano mesmo sabendo que enfrentarão dificuldades.

Investigando o município de Morro Redondo, entre os anos de 2004 e 2005, encontrou-se unidades familiares em que os jovens haviam deixado o âmbito familiar e alguns com intenção de retorno. Em alguns casos, estes são estimulados pela própria família na busca de outros projetos fora do meio rural, ou seja, buscam outro estilo de vida que lhes deem um futuro melhor, não vendo na sucessão hereditária a solução para os seus problemas (COSTA, 2008).

Do ponto de vista de Champagne (1986), que explica a migração pela rejeição à atividade agrícola, onde a recusa dos filhos em dar continuidade à atividade profissional dos pais, demonstra inicialmente a renúncia do modo de vida dos pais. Segundo este autor “a crise de reprodução é então uma crise de identidade social”.

Traçando um paralelo entre opiniões de pais e filhos sobre a questão sucessória junto às famílias de Morro Redondo, observou-se que:

Abordar o tema sucessão hereditária junto aos agricultores exigiu muita

cautela, exigindo a realização das entrevistas em momentos e locais diferentes para que os entrevistados (pais e filhos) pudessem externar livremente seus pensamentos em relação ao destino da propriedade. As entrevistas na escola com os filhos dos agricultores transcorreram naturalmente; ocasião em que falaram dos seus projetos de vida com muita transparência. Quanto ao destino da propriedade não demonstraram dificuldade em expor o interesse de permanecer ou não junto à família e dar continuidade aos projetos familiares na propriedade. Quando questionados se o assunto relativo à transmissão de patrimônio era comentado em casa, em todos os casos a resposta foi a mesma: não há comentários sobre este assunto entre os membros da família (COSTA, 2006, p.71).

Autores como Carneiro (2001) e Woortmann (1995), em seus estudos sobre transmissão do patrimônio fundiário, evidenciaram tanto o maiorato⁹ como o minorato¹⁰, em famílias de origem alemãs e italianas. Porém, para Carneiro, a prática do maiorato perdurou por duas gerações, e o minorato passou a prevalecer na medida em que os filhos mais velhos iam casando. Consequentemente, aquele filho destinado à gestão da unidade de produção poderia também ser designado para o cuidado dos pais durante a velhice.

Referindo-se ao município de Morro Redondo, a pesquisa que enfocou esta temática não revelou o predomínio dos padrões clássicos regidos pelo maiorato ou minorato. Encontrou-se correspondência com o que mencionam Santos (1997) e Carneiro (2001), revelando as práticas sucessórias contemporâneas diferenciadas do modelo tradicional devido aos novos comportamentos e estratégias familiares. O que prevaleceu na tomada de decisão foi a

falta de atração no meio rural pelos jovens, contribuindo para que abandonem a unidade de produção familiar. Na maioria das propriedades ocorrem arranjos no âmbito familiar dos mais diversificados (COSTA, 2008).

Outro aspecto determinante no meio rural para a escolha do sucessor, é que os assuntos relativos à terra, conforme relatado anteriormente, vêm sendo concentrados ao longo do anos na figura masculina, levando as mulheres à busca de espaço profissional fora da unidade produtiva, não encontrando nesta atividade perspectivas de trabalho.

Acompanhando este raciocínio:

Privar filhas de direito de herança da terra justifica-se nesses sistemas, pois as mulheres saem da comunidade, e “não podem levar as terras consigo”, além disso, espera-se que a família do marido lhes forneça terras (CÓRDOVA PLAZA, 2000, apud DEERE; LÉON, 2003, p.114).

A estratégia de exclusão das mulheres ocorre não por ser atribuída pela sua incapacidade ou inferioridade, mas por ser direcionada desde cedo às atividades desvinculadas da agricultura, tais como, de cunho doméstico. Segundo Carneiro (2001), as mulheres possuem três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato.

Em se tratando das mulheres, na contemporaneidade, estudar¹⁴ poderá estar associado ao abandono da unidade produtiva. Porém, a literatura já vem revelando, que esta alternativa poderá ser utilizada tanto pelas moças como pelos rapazes. É pertinente afirmar que o baixo grau de instrução poderá sim ser um motivo para fazer permanecer na unidade de produção aquele filho com menor grau de escolaridade. Recorrendo às palavras

de Silvestro (2001), “ou se estuda ou se fica no campo”.

Além disso, Carneiro (2003) menciona que a valorização dada à educação, a oferta de emprego não agrícola e outros aspectos causam efeitos depreciativos comprometendo o trabalho na agricultura. No entendimento desta autora:

[...] nos primeiros tempos o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares [...] mais tarde, [...] dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na colônia, passará a representar um fator de exclusão social (CARNEIRO, 2001, p.40).

Ainda na reflexão da autora, os padrões de transmissão do patrimônio familiar tendem a acompanhar as variações econômicas e sociais do meio a qual os agricultores estão inseridos. Com isso, as influências sofridas pelos agricultores em razão das mudanças de valores, a oferta de empregos urbanos e a redução da importância da atividade agrícola geram alterações, no que diz respeito às formas planejadas e/ou acertadas pelos agricultores na transmissão do patrimônio. Dentro dessa dinâmica, a terra não tem sempre o mesmo significado para os agricultores (CARNEIRO, 2001).

No município de Morro Redondo, mais especificamente na sua zona rural, podemos encontrar famílias de agricultores que convivem, nos dias atuais, com uma problemática complexa em relação ao horizonte futuro de seus empreendimentos. É conhecida a realidade das suas carências no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência. É notória a insatisfação dos habitantes com a atuação do Estado no sentido

da cobertura de suas políticas públicas. No que diz respeito à inserção nos mercados, estas famílias se sentem em desvantagem por viverem em áreas nem sempre próximas aos consumidores finais de seus produtos. Muitas são as dificuldades encontradas pelas famílias na busca de condições favoráveis à sua reprodução. Mesmo sem perceber, estas famílias necessitam tomar decisões para equacionar os problemas enfrentados na complexa questão do destino da sua unidade de produção.

UNIDADES FAMILIARES COM SUCESSORES

Este tópico apresenta a análise das unidades que já possuem um sucessor definido, embora as propriedades não tenham sido transferidas legalmente aos entrevistados e seus pais ainda permaneçam vivos e residindo com o sucessor ou próximo a ele.

Ainda que a maioria dos jovens investigados tenha visualizado as suas perspectivas voltadas para o urbano, 27,2% dos entrevistados identificaram no rural a sua atividade profissional e a realização de seus projetos de vida.

Com relação à forma que a família obteve a unidade produtiva, a maioria foi através de herança.

Para a definição final da condição de existência ou não de sucessores nas unidades de produção, devemos considerar pelo menos três elementos básicos: a transferência patrimonial; a continuidade da atividade profissional e a substituição das gerações mais velhas na gestão dos negócios da família.

Partiu-se do pressuposto de que a transferência patrimonial poderia ser um dos elementos balizadores da decisão dos jovens em assumir o comando das unidades de

produção, no entanto, o estudo realizado no Município de Morro Redondo mostrou, com relativa frequência, a ausência de transferência legal das unidades. Houve casos em que até mesmo os pais dos entrevistados ainda não possuíam em seu nome a propriedade herdada de suas famílias.

Quanto à continuidade da atividade profissional, para aqueles que desejam assumir a gestão do estabelecimento, observou-se que os mesmos somam ao aprendizado herdado da experiência em família, um maior nível de escolaridade e, por consequência, novas práticas de trabalho.

Em relação à substituição de geração, nos casos estudados, ainda há um acompanhamento dos pais, seja no sentido de ainda trabalhar em conjunto ou em permanecer morando com o herdeiro ou próximo a ele.

A pesquisa de campo revelou que os jovens que permanecem no meio rural, são aqueles que, de alguma maneira, darão continuidade ao negócio familiar.

Em se tratando da atividade ocupacional, os entrevistados revelam que “herdaram” a atividade dos seus pais, um aprendizado que vem sendo transferido entre as gerações. Esta transmissão de saberes confirma o que a literatura vem denominando de “hereditariedade profissional”.

As atividades desempenhadas pela maioria destes jovens estão intimamente ligadas às atividades agrícolas, com exceção de um único caso em que a família é produtora de carvão vegetal.

Vejamos mais detalhadamente a história de vida destes jovens que descobriram na unidade de produção familiar um modo de vida:

Encontrou-se o caso de um sucessor por opção, na Colônia São Domingos, é solteiro,

tem o ensino médio incompleto, reside com os pais e um irmão de 15 anos. Administra juntamente com os pais 56ha da família e 17ha arrendados. Conferiu-se a categoria de sucessor para o entrevistado porque, apesar dos pais continuarem trabalhando na unidade, o entrevistado tem total controle das atividades da unidade e relatou que a família já lhe transferiu 28ha dos 56ha familiar. Relata que teria vontade em dar continuidade aos estudos, mas fica difícil conciliar com o trabalho na unidade. Diante da pergunta se pretende continuar no meio rural, responde:

Sim ficar aqui... a gente trabalha, não tem domingo, não tem final de semana... a gente queria comprar mais terra, mas o dinheiro é curto. Eu me sinto bem aqui. Eu penso que cada um tem um modo diferente de pensar, quem já não é muito da lavoura, já procuram mais estudar para ter um jeito melhor de trabalhar. Eu peguei desde cedo a ajudar o pai. (Jovem D)

Outro caso de sucessor por opção, encontrou-se na Colônia Colorado, uma unidade de 50ha que destina-se basicamente à produção de carvão vegetal¹². A família é composta do casal e 3 filhos (dois rapazes e uma moça). Nesta unidade, o filho do meio (26 anos) continua residindo junto com os pais e já está à frente dos negócios da família, possui curso superior de Administração, e em sua opinião: “o futuro da empresa ficará em minhas mãos, talvez o ano que vem ela será minha. O meu pai ainda não definiu se irá parar (de trabalhar na atividade) no ano que vem ou no próximo”. (Jovem F)

Segundo o entrevistado, atualmente a carvoaria é a atividade principal da unidade. Quanto à sua trajetória de vida e planos para o futuro, comenta:

Adquiri muita experiência trabalhando com meu pai e sei que posso fazer ainda mais quando tiver o meu próprio negócio. Quero continuar na mesma atividade e tenta aumentar o negócio. A propriedade será sempre preservada por mim, meus irmãos e meus pais que vão morar nela sempre.

Este jovem trata a unidade como uma alternativa de negócio, e devido à configuração atual da unidade a família optou pela atividade industrial, desvinculada da agricultura.

Quanto ao processo sucessório, embora diga que foi determinado entre a família que ele será o sucessor do empreendimento familiar, percebe-se nas palavras: “posso fazer ainda mais”, “quando tiver o meu próprio negócio”, que ainda aguarda o momento real da transferência para que possa sentir-se realmente no comando do empreendimento.

Observou-se também que, nestas situações, os pais ou sogros permanecem ainda na unidade. Conforme Carneiro (2001), o filho que fica na unidade produtiva costuma também receber a incumbência de cuidar dos pais durante a velhice.

O outro caso investigado sobre opção pelo meio rural, trata-se do Jovem K, da Colônia Colorado, que embora tenha abandonado a residência da família, devido ao casamento, fixou residência em uma unidade que faz divisa com a unidade dos pais, e que pertencia ao avô. Atualmente, possui 30ha onde produz 15ha de pêssego, cria gado e ainda continua auxiliando os seus pais na produção de pêssegos. Na primeira entrevista, o jovem expôs a sua opinião sobre trabalhar no campo e o que pretendia para o seu futuro, revelou:

Eu acho o trabalho conjunto no campo

com a família é mais facilitado do que trabalhar de empregado. Lá a gente se manda. Eu gosto, eu até andei pensando, não queria mais estudar quando terminar o terceiro ano, o pai quer que eu faça uma faculdade de agronomia, mas eu vou fazer e voltar para o campo, trabalhar. (Jovem K)

Este jovem diferente da maioria, realmente demonstra gostar da atividade rural. Em um segundo encontro procurou explicar quando começou o seu interesse pela atividade: “Eu desde que aprendi a caminhar, falar... estava sempre com o pai e a mãe, no meio da chácara, dos campos. Eu sempre gostei... A minha irmã também ia junto, gostava e agora não quer saber... Eu sempre quis trabalhar aqui”. (Jovem K)

Em se tratando da sua irmã, já fez a sua opção pela atividade urbana: “Ela é farmacêutica... vem aos finais de semana, ela é solteira, fica dentro de casa, nem no galpão ela vai... não quer nem saber daqui”.

Quando questionado se continuou os estudos após o término do ensino médio:

Comecei faculdade de Administração, mas abandonei... Na época era tudo pela internet e daí eu não tinha... precisava estar pedindo para outros e eu não gostava também, fiz um ano e meio. No começo eu queria agronomia... mas eu tentei fazer vestibular e não passei na época.

Diante da pergunta se tivesse concluído a faculdade poderia ter outro projeto de vida, respondeu:

Lógico que se eu fosse estudar era para ir embora. Quem estuda? Eu vejo pela minha irmã, se matou estudando e foi embora trabalhar... só que eu penso: Fazer uma Agronomia para vir para cá trabalhar por conta própria não dá certo.

Já vi vários que eu conheço que se formaram e vieram fazer plantações e todos quebraram, nenhum deu certo. A tecnologia dá certo, mas tu tens que ter a experiência desde o início. Tens que saber que se tu plantar com boi ou com trator é diferente.

O depoimento acima demonstra com muita clareza o contraponto que o entrevistado faz quando relaciona o nível de educação à atividade rural. Percebe-se que ele gosta e sente-se feliz com a sua escolha profissional, expressando: “O coração é quem manda. Trabalhar sem o coração não vale a pena”, porém, pelas suas vivências não percebe a importância e também não enxerga os pontos positivos que o nível educacional possa trazer para a sua atividade na agricultura. Assim como ele, outros jovens também relacionam a educação formal associada ao meio urbano. “Se tu queres arrumar um serviço, a maioria exige 2º grau”, “quem trabalha na lavoura, não consegue adquirir muita coisa, por isso eles acabam estudando para conseguir um emprego na cidade”, “quem não estuda acaba sendo burro de carga, vir para a cidade sem conhecimento tu não tem como crescer”.

O depoimento abaixo também revela a falta de valorização do agricultor devido à falta de escolarização:

O pessoal da cidade tem certo preconceito em relação ao pessoal do interior. Eu na minha visão imagino... um colono que não tem instrução, acha que ele é burro, não tem capacidade. Eu acho que aí tem certo preconceito. Eu acho que a aparência do agricultor que é diferente, é diferente das pessoas que moram na cidade. (JovemH)

Para alguns jovens, a escolha em permanecer na atividade agrícola com baixo

grau de escolaridade, associado ao pouco valor que é dado para quem trabalha na agricultura, acarreta algum ônus e embora afirmem não perceber a necessidade em “estudar para ficar no campo”, há quem pretenda dar continuidade aos estudos para sentir-se valorizado quando circular e socializar-se em outros ambientes. Esta necessidade reflete-se no seguinte depoimento:

Eu digo para o J. C. a população é muito ignorante, tu estás no meio de uma conversa e tu diz que trabalha com agricultura, na colônia, e ficam tudo com uns olhos para ti! Nem dão importância para o que tu estás falando. Eu quero ter “um diploma”, mas se eu tiver que tocar os animais eu toco. Eu não me importo no caso de largar a minha profissão para ficar com ele aqui. Eu também gosto de campo, de animais, mas eu acho que a gente tem que ter um estudo, vai que não dê um dia, né? (Esposa de um jovem agricultor)

UNIDADES FAMILIARES SEM SUCESSORES

Este tópico apresenta a análise das unidades que não possuem candidatos à sucessão.

Considerando os argumentos dos entrevistados sobre o futuro da unidade produtiva, é possível identificar que os mesmos percebem a preocupação dos agricultores em torno dessa questão. Os entrevistados reconhecem que a saída dos jovens do meio rural irá dificultar a continuidade das atividades ligadas à agricultura e, possivelmente, comprometerá o seu desenvolvimento no futuro. Este problema pode ser agravado por fatores como a idade dos que permanecem no meio rural e as suas condições físicas ou de saúde.

A faixa etária dos gestores das unidades

estudadas encontra-se entre 40 e 66 anos. É oportuno relatar que apesar dos pais estarem inseridos em uma faixa etária que permite o segmento dos trabalhos nas unidades, ocorrem relatos de que os pais encontram-se com problemas de saúde. Entre 2005 e 2010, as mães de 18,1% dos entrevistados faleceram, e em outros 18,1%, suas mães apresentam problemas de saúde que as impedem de trabalhar em atividades agrícolas.

A pesquisa realizada com jovens rurais de Morro Redondo apontou que em 18,1% das unidades examinadas ocorre ausência de sucessores. Os entrevistados que já fizeram a opção pelas atividades desvinculadas da agricultura e estão inseridos no urbano, relatam com muita clareza suas escolhas e opiniões em relação aos demais candidatos a herdar a unidade produtiva:

Na propriedade, nenhum dos meus irmãos vai voltar para lá, porque hoje a agricultura praticamente não se tem o que fazer e tendo o que se fazer, mas sem rendimentos. Tu não consegues viver daquilo ali. No caso nos mesmos, o meu irmão foi para um lado eu fui pro outro. A minha irmã casou, o marido dela trabalha, ela também [ambos no meio urbano]. Então não tem como a gente voltar para lá e tentar reativar a propriedade e fazer ela produzir. (Jovem A)

O exemplo acima é de um entrevistado vindo da Colônia Colorado, cuja família possui uma unidade de 12ha e cultivam pastagens para a criação de gado. Atualmente, na unidade reside apenas o pai do jovem, que ficou viúvo, sendo que os três filhos já residem e trabalham no meio urbano. Este jovem, na primeira entrevista, revelou o seu interesse em continuar no meio rural: “Olha eu gostaria de estudar bastante e poder voltar para o meio

rural”. Revelou também que gostaria de fazer alguma faculdade que tivesse vínculo com o meio rural, citando Agronomia ou Biologia como opções.

O contato realizado, com o entrevistado, mostrou-nos a opção por um curso técnico que o inseriu em atividades desvinculadas da agricultura. Atualmente este jovem é Técnico Mecânico e reside em Caxias do Sul - RS. Segundo suas informações, nenhum dos irmãos pretende dar continuidade ao trabalho que vem sendo desempenhado pelo seu pai.

Na Colônia São Domingos encontrou-se mais um caso de falta de sucessor. A jovem B, deixou muito clara a sua intenção de abandonar a vida no meio rural. “A minha vontade é de ter um sítio, uma casa para fora, para vir e passar o fim de semana, e depois voltar para o meu serviço, voltar para o *meu* meio urbano, eu acho assim”.

Esta jovem passou a considerar o meio rural um lugar próprio para desenvolver atividades ligadas ao lazer, mas não para viver e trabalhar. Além disso, os seus dois irmãos também abandonaram a unidade familiar. Em entrevista, a jovem revela que incentiva os irmãos a mudarem para Caxias do Sul - RS, onde reside atualmente:

O meu irmão mais velho, hoje é caminhoneiro, mas ele também pretende ir para Caxias. Eu tenho a mesma maneira de dizer: oh... vocês vêm e ficam na minha casa. Vocês vão conseguir trabalho! Mas ele tem muito medo de largar o que ele tem aqui, mas acho que ele vai acabar se convencendo e indo, né? E o meu pai diz: Quem sabe a gente vende tudo aqui e também vai para lá. Eu não sei se isso também não vai acabar acontecendo.

Os relatos acima demonstram a

desmotivação não apenas dos filhos em relação à atividade rural. O pai, talvez por sentir-se sozinho para desempenhar as atividades que a unidade exige, também almeja uma vida melhor. Este foi o único caso encontrado em que a família reflete sobre a venda da unidade produtiva.

Diante da desmotivação expressa sobre o trabalho na agricultura, elaborou-se a seguinte pergunta aos jovens: O que precisaria mudar ou melhorar no meio rural para que os jovens pudessem permanecer trabalhando em atividades agrícolas? As respostas vão na mesma direção. Observemos algumas: “Eu acho que precisa ter um incentivo do governo. Não adianta ter um monte de gente na cidade se depois faltar alimentos”. (Jovem D)

O governo valorizar mais as coisas... ele não valoriza. Se eles valorizassem mais não teria porque eu trabalhar fora, se fosse um pagamento mais justo... como eu vou te dizer: se tu tens um milho para vender, sempre tem um atravessador não tem como tu vender direto .. tem muita burocracia, ai quem acaba ganhando é quem veio na tua propriedade e levou para lá e tá vendendo. (Jovem E)

No município investigado, apesar dos pais dos entrevistados ainda estarem inseridos em uma faixa de idade que poderia contribuir para que desenvolvessem as tarefas na unidade, os problemas de saúde já sinalizam que precisarão de apoio para manter o estabelecimento. Além disso, pode-se identificar a possibilidade de não haver substituição da gestão do patrimônio em decorrência da opção já tomada pelos filhos de desenvolver atividades profissionais no meio urbano. Este fato pode elucidar que se está determinando mais cedo quem fica e quem sai do núcleo familiar.

É importante observar que se antes os agricultores determinavam a escolha dos sucessores, construindo herdeiros e deserdados como aponta Woortmann (1995), agora se pode observar que os filhos estão influenciando os seus pais, se a unidade será contemplada ou não com um sucessor.

UNIDADES FAMILIARES COM POSSIBILIDADES DE SUCESSORES

Este tópico apresenta a análise das unidades que oferecem possibilidades de sucessão. A opção em usar o termo possibilidades, explica-se pelas condições atuais apresentadas pelos entrevistados, no que diz respeito ao atendimento aos padrões tradicionais de transmissão do patrimônio. Não se configurou, em cada um dos casos aqui selecionados, uma transparência na tomada de decisão dos possíveis sucessores, deixando margem para alterações nas suas opções, de acordo com as alternativas encontradas por cada família.

No estudo efetuado, encontrou-se 54,5% das unidades em que as vivências e trajetórias dos membros das famílias apontam para a possibilidade de sucessão profissional no futuro. Em 36,3% destes casos observados, afirma-se que a prática da herança ser destinada ao filho homem não ocorrerá, e que as filhas herdarão o estabelecimento. Estes casos incluem aquela situação em que os agricultores não contam com um filho “homem” para herdar a unidade de produção.

Com base nas possibilidades de sucessão, apresenta-se, a seguir, a caracterização dos mesmos:

Família 1) O filho (entrevistado) já fez a opção em abandonar a unidade e trabalhar em Curitiba - PR. Em sua opinião, ter abandonado o núcleo familiar não irá alterar os projetos da

unidade, pois, sua irmã casou-se com um jovem agricultor e, na visão do entrevistado, possivelmente as unidades serão administradas juntamente (a do pai e a do cunhado).

Eu acho que... a minha irmã mora bem mais perto de onde ele faz feira, [refere-se ao pai] ela comprou junto com o marido dela [o pai dele faleceu] uma propriedade vizinha, 25ha e depois ele comprou outra propriedade de um vizinho, 35ha. Eu acho que eles pretendem com o tempo vender ou plantar acácia na propriedade ali em casa e ficar mais perto da minha irmã. Tem a netinha da mãe também, fica mais perto de casa. (Jovem C)

Família 2) A filha é única e já tem planos para a unidade de produção familiar. Relata que o fato de ter cursado a Faculdade de Agronomia poderá auxiliá-la na administração dos negócios da família. Observemos o seu depoimento:

Eu assim... eu trabalhar diretamente eu não queria, entendeu? Tá, eu estou estudando, relacionando a Agronomia e tal, mas como é que eu vou te dizer... eu vou ajudar eles. Eu acho que o interior, ele precisa de ajuda. Tá todo mundo saindo, ninguém quer ficar, até mesmo os homens estão querendo sair. Então eu acho que precisa de ajuda, e eu pretendo ajudar. (Jovem H)

Observa-se que ela pretende “ajudar” na unidade e, devido a sua profissão poderia prestar uma assessoria, mas quanto ao futuro da unidade o seu pensamento demonstra a dualidade em permanecer ou abandonar o núcleo familiar.

Família 3) A família tem três filhos. O entrevistado (faz Faculdade Arquitetura) já descartou a possibilidade de assumir a

unidade. Relata que seu irmão também não tem interesse e pretende continuar estudando. A irmã fez Faculdade de Agronomia, retornou para casa e ainda não sabe se irá desempenhar a profissão fora da unidade familiar. O entrevistado relata: “Eu acho que a única que pretende continuar é a minha irmã”.

Família 4) A família tem duas filhas. A entrevistada revela que sua irmã mais jovem está estudando e não pretende ficar no meio rural. No caso específico da entrevistada ela deixa claro que não quer continuar trabalhando no meio rural, (atua como Agente de Saúde junto à Prefeitura Municipal) mas tem intenções de morar no meio rural. Comenta que não consegue adaptar-se com a vida na cidade, que morou em Canguçu e que retornou para a casa da família. Ainda revela: “quando eu casar, eu quero continuar morando aqui pertinho”.

Família 5) A família tem dois filhos e ambos já estão fora da unidade familiar. O entrevistado, enquanto cursava o ensino médio pensava no futuro: “provavelmente trabalhando na cidade, que seja mais fácil”. Revelava que não tinha interesse em ficar na unidade e, em relação ao seu irmão, dizia: “meu irmão não tem interesse. Eu e o meu irmão temos a mesma idéia. Fazer o mesmo curso [Técnico], para ver se poderemos trabalhar no mesmo negócio”.

O jovem abandonou a unidade familiar, mas continua trabalhando no meio rural, como empregado em uma fazenda. Atualmente, quando questionado sobre a sucessão da unidade de produção familiar, relata:

Pelo que a gente comenta o pai enquanto ele puder, ele não tem intenção de parar de trabalhar, mas a nossa idéia é não voltar para lá tão cedo [...] Talvez mais adiante um de nós volte para continuar,

né... mas não vai mais ser a mesma coisa, não vai ser plantando o que se planta hoje [...] Talvez eu, o meu irmão já é mais difícil, ele já é meio dono aqui.

O depoimento acima revela que o processo sucessório não é algo comentado no interior da família, principalmente porque os dois filhos já abandonaram a unidade. O entrevistado não descarta a possibilidade de retorno, embora perceba que teria que fazer mudanças, as quais não foram informadas.

Família 6) O entrevistado é filho único. A família possui 24ha e são produtores de fumo e leite. Na unidade de produção residem apenas os pais do entrevistado. Na primeira entrevista realizada, o jovem foi questionado se pretendia continuar trabalhando no meio rural. Sua resposta revelou: "Acho que não. Eu pretendo me formar em eletrônica, no Cefet, a parte de eletrônica é o meu interesse".

Na atualidade, o jovem trabalha no meio urbano, como auxiliar de produção e expõe os seus planos para o futuro revelando que não pretende retornar às suas atividades no campo: "Para trabalhar na lavoura não, mas eu não queria que eles vendessem, até porque fica perto da cidade. De repente... futuramente... a cidade está crescendo, né?"

Quanto ao futuro da unidade, o jovem revela:

Pela mãe eles viriam para a cidade, mas como eles querem se aposentar, com o modelo 15... vendem leite, plantam fumo. Eles ainda não são aposentados, a mãe está encostada devido ao problema dela. Eu acho que eles não venderiam a propriedade lá, talvez um lugar de descanso no final de semana, poder cuidar uns animaizinhos para o gasto de casa.

Vejamos a opinião do jovem sobre a sua

preocupação quanto ao destino da unidade de produção: "Eu não quero que os meus pais vendam a propriedade, vai que um dia dá uma zebra aí o cara tem onde parar. A propriedade serve como um refúgio".

O jovem não relata claramente os seus planos futuros, mas alguns aspectos contribuem para que continue a transitar pelo rural: o fato de ser filho único, o fato da unidade de produção familiar ficar a 1,5km de distância da sua atual residência e a sua indisposição para venda da mesma.

Nesta situação, evidencia-se um desejo em viver na cidade que conflita com assumir a sucessão profissional e atos que revelam que ainda não abandonou o meio rural.

Neste caso, comunga-se com Stropasolas em sua investigação sobre o mundo rural no horizonte dos jovens, onde narra: "É justamente neste trajeto de ida e volta que começam a se construir os projetos de talvez ir para não mais voltar, ou experimentar para ver e rever, ou, quem sabe, um dia retornar" (STROPASOLAS, 2006, p.265).

CONCLUSÕES

Definir quais são, de fato, as unidades de produção agrícola familiar, em Morro Redondo, que terão sucessores, é um processo que requer muito cuidado. Mesmo aqueles jovens que já decidiram que não pretendem voltar para a unidade familiar ficam indecisos em falar na liquidação da mesma. Para 45,4% dos jovens que trabalham fora da unidade familiar, a mesma é vista como um "porto seguro". Foi comum encontrar entre os jovens a opinião de que a unidade poderá servir de recurso futuro, no caso de insucesso na experiência no meio urbano.

Na pesquisa ora realizada, pode-se perceber que apenas 27,2% dos jovens

investigados fizeram a opção de desenvolver uma atividade profissional ligada ao núcleo familiar no meio rural. A grande maioria (63,5%), já abandonou a unidade de produção familiar ou desenvolvem outro tipo de atividade profissional no meio urbano. Outros entrevistados (9,0%), já optaram pelo trabalho rural, porém fora do núcleo familiar.

Constatou-se ainda, nesta pesquisa, que a maioria dos entrevistados, logo após o término do ensino médio, desvinculou-se das atividades associadas à agricultura. Do total dos entrevistados, 27,2% fizeram a opção por cursos técnicos com a intenção de buscar uma colocação mais rápida no mercado de trabalho urbano.

A estratégia de transferirem-se para o meio urbano surge como alternativa para a continuação da formação profissional e o exercício de uma atividade melhor remunerada e valorizadora do esforço realizado. A manutenção dos projetos de vida na cidade irá depender do rol de possibilidades individuais e também do investimento em qualificação profissional continuada.

Entre aqueles que já fizeram a opção pelo meio rural e que tornaram a “unidade de produção” um lugar para exercer a sua atividade profissional, são jovens que gostam de viver no meio rural e também sentem-se afinizados pelas atividades exercidas no meio. Além disso, observam, na unidade familiar, oportunidades de negócios e de ganhos financeiros.

O estudo revela que a maioria dos jovens sentia a necessidade de continuar seus estudos, mesmo não vislumbrando, no espaço rural, a possibilidade de uma valorização destes esforços. No caso dos jovens que concluíram o ensino superior e que demonstram interesse em permanecer vinculados à família, identificaram a possibilidade de exercer suas

atividades profissionais e, de modo indireto, auxiliar nas atividades produtivas no meio rural, livrando-se das atividades mais pesadas e do contato direto com a terra. Estas novas possibilidades carregam consigo novas atividades que, por sua vez, trazem embutidos novos valores, que ajudam a ressignificar o lugar e o sentido de seu pertencimento.

NOTAS

ⁱ Cientista Social; Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social.

E-mail: reginna7@yahoo.com.br

ⁱⁱ Engenheiro Agrônomo; Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: ajabez@ufpel.edu.br

ⁱⁱⁱ Engenheiro Agrônomo; Especialista em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: hafmend@ufpel.edu.br

¹ Neste artigo entende-se como agricultor familiar aquele que é proprietário dos meios de produção, e a mão-de-obra é desempenhada pela família.

² No Brasil, colocam-se duas questões a propósito da transmissão do patrimônio: a primeira consiste em determinar quem entre os numerosos herdeiros assumirá a sucessão do patrimônio familiar, a segunda refere-se aos mecanismos de transmissão das explorações de uma geração à outra (LAMARCHE, 1993,

p.196).

³ O Código Civil Brasileiro reconhece 3 regimes de bens no casamento: regime de comunhão universal, todos os bens dos cônjuges adquiridos antes ou depois do casamento passarão a pertencer a ambos os cônjuges, tendo cada um o direito à metade do patrimônio comum (meação); no regime de comunhão parcial, somente os bens adquiridos depois do casamento integram o patrimônio comum do casal, finalmente, o de separação de bens, no qual cada cônjuge é dono de todos os seus bens presentes e futuros (CARNEIRO, 2001, p.34).

⁴ Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE.

⁵ Além da queda no número total de ocupações agrícolas, houve também uma queda no número total de ocupações denominadas de familiares (com laço de parentesco com o produtor, de acordo com a denominação utilizada pelo IBGE), que passou de 13,6 milhões para 12,8 milhões no período considerado. Cabe destacar, portanto, que a redução de ocupações ocorreu tanto na agricultura de uma forma geral, quanto na agricultura familiar.

⁶ Utilizou-se como noção de juventude rural, a expressão de Wanderley (2003) para aqueles jovens que tem no meio rural o seu meio de vida. A seleção dos referidos jovens, como sujeitos de estudos, justificou-se, por todos serem filhos de agricultores, terem a idade definida pela UNESCO para serem classificados como jovens até 26 anos e pelo fato de estarem identificados com o dilema da escolha de um futuro profissional.

⁷ Na perspectiva de Carneiro (1999) que insere a

juventude rural em uma categoria intermediária sem receber uma denominação específica por parte dos pesquisadores, são considerados os “estudantes”, no caso dos de origem urbana e os “filhos de agricultores” no caso dos de origem rural. Segundo esta autora, nos processos de socialização e divisão social do trabalho o jovem é percebido como aprendiz de agricultor.

⁸ Pesquisa realizada pela Epagri (1995) em dez municípios do Oeste de Santa Catarina, enfocando o destino das novas gerações no mundo rural e o próprio destino da Agricultura Familiar.

⁹ Definição para o filho mais velho.

¹⁰ Definição para o filho mais novo.

¹¹ Quanto à educação oferecida no meio rural, percebe-se que não é voltada para as necessidades do meio, predomina um currículo com concepções, informações e valores urbanos, provocando dissociação entre a escola e a realidade do campo.

¹² Em 2005, esta família tinha como atividade a produção de pêssegos e fumo e não foi mencionada na entrevista a produção de carvão, em outra ocasião o informante relatou que a atividade tem mais de 10 anos, foi transmitida pelo avô paterno e tem perspectiva de ser ampliado o empreendimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Anais...* Porto Alegre: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política 1999. p.18.

_____. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. *Texto para discussão*, nº. 702. IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, R. et al. *Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar*. Disponível em:

<<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicações/pdf/asp1-03-02>>. Acesso em: 02 fev. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura: O Brasil Descoberto*. Brasília, 2000.

CARNEIRO, M. J. O. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R; COSTA, L. F. C. (Org.). *Mundo Rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Editora: Campus, 1999.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, 2001.

154

CARNEIRO, M. J. O.; CASTRO, E. G. *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l' espace social et crise de l' identité paysanne. *Cahiers d' Economie et Sociologie Rurales*, nº 3, déc. 1986, p.73-89.

COSTA, M. R. C. *Agricultura familiar e sucessão hereditária. Reflexões interdisciplinares a partir da realidade do Município de Morro Redondo-RS*. Pelotas: Delfos, 2008.

DEERE, C.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/capa/indez.php>>. Acesso em: 13 out. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10

nov. 2009.

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: UNICAMP, 1993.

MELLO, M. A. et al. Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. *Agric.*, 50(1), p.11, 24, 2003.

RIBEIRO, E. M. *A formação de dirigentes rurais no Brasil e o problema da sucessão nos anos 1990*. Disponível em:

<<http://www.dae.ufra.br/biblioteca>>. Acesso em: 05 mar. 2005.

SANTOS, R. O. *Sucessão Agrícola - Um estudo de caso entre Douro e Minho*. Disponível em:

<<http://www.isa.utl.pt/deasr/publicações>>. Acesso em: 07 set. 2004.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro. *Boletim do Museu Nacional*, n.52, maio, 1985.

SILVESTRO, M. L. et. al. *Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar*. Florianópolis: Epagri, Brasília: NEAD/Ministério D. Agrário, 2001.

SPANEVERELLO, R. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SPANEVERELLO, R.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. *Anais... XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 2008.

STROPASOLAS, W. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed.UNB, 1997.